

O PENSAMENTO DO INFANTE D. HENRIQUE E A ACTUAL POLÍTICA ULTRAMARINA DE PORTUGAL (*)

ADRIANO MOREIRA

Subsecretário de Estado da Administração Ultramarina
Director do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos
Vice-Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa

1. Henrique, o Infante que se finou no Algarve, em meados de Novembro de 1640, depois de 66 anos de longa vida, foi o tipo acabado do homem do dever na história política portuguesa. O homem do dever, na tipologia corrente, é aquele que encara a vida como uma interminável devoção e não como uma cadeia de direitos e de interesses pessoais. Aceita a existência e valores superiores a si próprio, e quando se encontra integrado numa instituição política, que condiciona o seu modo de ser, devota-se inteiramente ao bem comum. Os direitos e poderes que reclama não os reclama para si próprio, mas sim como direitos e poderes funcionais, indispensáveis para a realização da missão que adoptou, meios que asseguram o cumprimento do seu dever moral. O homem assim devotado ao interesse colectivo tem a vocação da chefia, e encontra a base da própria força na grandeza da sua virtude. O debatido fenómeno da rebelião das massas não deve impedir que se evidencie que a organização política e social da época do Infante não pode entender-se sem ter em conta o valor do chefe e da sua personalidade carismática. Como foi observado, «o possuidor de valor carismático elege a missão que lhe é adequada e exige obediência e submissão por imperativo da sua missão. O seu êxito determina se o consegue. A sua vocação carismática frustra-se no caso de a sua missão não ser reconhecida por aqueles a quem sente que foi enviado. Se o reconhece, ele é o chefe — na medida em que souber manter tal aceitação dando testemunho de si próprio. Mas não deriva o seu direito da vontade dos que o seguem, à maneira de uma eleição. Antes se dá o contrário: é dever daqueles a quem respeita a sua missão reconhecê-lo como

(*) Comunicação apresentada na sessão plenária do Congresso Internacional da História dos Descobrimentos, em 10 de Setembro de 1960.

seu chefe carismaticamente qualificado». Fixado no Reino, a personalidade deste homem, que dava tudo a Deus e nada ao demo, projectou-se socialmente numa imagem peregrina que acompanhou os navegantes por todos os mares desconhecidos, como fonte de constante inspiração e critério de conduta. A imagem peregrina do Infante, porém, não acompanhou apenas os que partiam e voltavam para lhe dar conta dos achamentos: foi um valor que se incorporou definitivamente no património da Nação, e acompanhou tutelarmente todos os que, nos momentos decisivos, tiveram de responder pela permanência da nossa projecção ultramarina. A grande crise do século XIX não encontrou outra fonte de inspiração, e o movimento de que nasceram a Sociedade de Geografia, o estudo da conjuntura da Conferência de Berlim, as expedições dos Serpas Pintos e a sabedoria e decisão dos Enes e dos Mouzinhos, foi no Infante que encontrou a sua premissa, a sua força e o seu primeiro título de justificação. A Nação voltou-se para o Infante no momento da expansão, e apelou para a inspiração do Infante quando viu em perigo a sua própria integridade e personalidade institucional. Esta actualidade da imagem peregrina do Infante corresponde a tão profunda realidade portuguesa que nos encontramos a celebrar o centenário da sua morte, numa das maiores veladas nacionais de todos os tempos, justamente no momento histórico em que se defronta a mais séria das conjunturas ultramarinas, sem paralelo no passado. Não houve qualquer premeditada relação entre a consciência da conjuntura que atravessamos e a grandeza de que rodeamos a evocação do Infante: houve, sim, a natural e como que instintiva afirmação nacional de fidelidade ao génio tutelar da expansão no momento em que a estrutura do Estado, configurado como um caso único no mundo contemporâneo, defronta a mais severa das conjunturas. Parece ter sido a providência que forneceu a oportunidade desta meditação nacional no momento exacto.

2. Os que se têm ocupado da figura do Infante, convindo destacar Bensaúde em «A Cruzada do Infante D. Henrique» (Lisboa, 1943), adoptam geralmente a posição metodológica que se traduz em aceitar que a expansão marítima se deve à iniciativa do Infante, e consequentemente procuram compreender o fenómeno por meio da prévia determinação dos motivos que pesaram na sua decisão. Investigador tão autorizado como Jaime Cortesão não partiu de outra perspectiva. O método já foi, porém, considerado absolutamente errado, argumentando-se que «os grandes movimentos históricos não resultam, não são determinados pela acção das grandes personagens», antes deve procurar-se sempre a explicação de uma transformação social noutra transformação social (¹). Este aforamento, na doutrina portuguesa, da querela entre o que

(¹) Vitorino Magalhães Godinho, *Dúvidas e Problemas acerca de Algumas Teses da História da Expansão*. edição da «Gazeta de Filosofia», Lisboa, 1943.

Kaufmann chama os critérios heurístico-metodológicos, parece ter-se processado à margem das necessidades próprias da ciência política. Esta não parece que deva abandonar o método da compreensão, indispensável para apreender o significado espiritual dos processos sociais. Reduzido à sua maior simplicidade, traduz-se em ocupar idealmente o lugar do agente para descobrir, pelo exame da sua acção, o propósito e a escala de valores que o orientaram. É esta a prática quotidiana da investigação política, e parece inteiramente legítimo reivindicar a idoneidade do método quando se trata de examinar os fenómenos históricos na sua dimensão política. Por isso se nos afigura que a investigação da actualidade política do Infante terá de começar sempre pelo aproveitamento do resultado dos estudos daqueles que procuraram descortinar as razões que o decidiram. Problema diferente é o do enquadramento da acção do chefe político na conjuntura social e económica, que condiciona o reconhecimento e aceitação da chefia. Note-se ainda que o ponto de vista da ciência política implica que seja em função do poder do Estado que deve examinar-se a acção individual.

Os factos indicam ser inteiramente apropriado o exame da acção do Infante do ponto de vista particular da expansão e fortalecimento do poder político. Não pode, com efeito, ignorar-se que a coroa suportou pelo seu orçamento, mais de uma vez, os encargos financeiros da expansão, logo no período que vai do descobrimento da Madeira, em 1418, até à data da morte do Infante, em 1460. Por outro lado, é certo que todos os responsáveis pela governação, a começar pelo rei e por D. Filipa, e compreendendo o herdeiro D. Duarte, e D. Pedro, que por tantos anos deteve o poder supremo, foram sempre solidários com o plano da expansão marítima. A compreensão do plano como programa do Estado diminui enormemente a importância da querela histórica entre os que sustentam a prioridade da motivação económica. O problema desloca-se antes para a questão da autenticidade da ética invocada pelo Estado, de que o Infante foi um guia e um agente. Neste plano se está hoje procedendo, do ponto de vista revolucionário em voga no Oriente que as caravelas demandaram, à revisão valorativa da expansão marítima. Diz-se, e não é difícil nem necessário citar os autores, que as políticas imperialistas têm necessidade intrínseca de uma ideologia, além do mais, porque, para reunir o povo à volta dos seus chefes, estes não têm outro caminho que não seja invocar o bem-estar social, a integridade da pátria, a justiça, a religião. Complementarmente, chamam-se imperialistas todas as expansões que invocam uma ética. É curioso notar que os que subscrevem este ponto de vista, para concluir sempre pela falta de autenticidade da ideologia invocada pelos condutores políticos, são também os que procuram habitualmente no predomínio da motivação económica a explicação de todos os movimentos de expansão política. Parece-nos muito contraditório negar o papel relevante dos chefes e todavia atribuir-lhes a mistificação política que mobiliza as massas desde que se aponta essa mistificação como elemento essen-

cial da acção; como nos parece contraditório dar predominância à motivação económica admitindo todavia a necessidade de invocar uma ética geralmente aceite para que a comunidade se deixe galvanizar. A falta de esclarecimento deste ponto não impede que se afirme muitas vezes que «quando a política imperialista não é dirigida contra uma situação particular resultante de uma guerra perdida, mas aparece em face de um vácuo político que convida à conquista, as ideologias morais que tornam tal conquista um dever inevitável para o conquistador tomam o lugar do apelo a uma lei natural justa contra uma lei positiva injusta. Então a conquista dos povos fracos aparece como «um fardo do homem branco», uma «missão nacional», «um destino manifesto», «um sagrado depósito», «um dever cristão». O imperialismo colonial, particularmente, foi disfarçado com frequência por afirmações ideológicas deste tipo, tais como «as bênçãos da civilização ocidental que era missão do conquistador oferecer aos povos de cor da terra».

3. Ora, a primeira lição do Infante, que mantém a mais completa actualidade, é a da autenticidade da ética do Estado, entendida como inteira coerência entre a palavra e a acção. Tratou-se, sem dúvida, antes de mais, de um problema de expansão do poder político, que com igual legitimidade poderia ter sido resolvido em sentido diferente do das descobertas. Com efeito, Granada, o reino mouro que afrontava a cristandade da Serra Nevada ao Calpe, era terra de infiéis em relação à qual a cruzada inteiramente se justificava. A Ordem de Cristo poderia ser também o instrumento principal da acção, se razões políticas não tivessem impedido esse caminho. Mas era o problema da expansão política de um Estado autenticamente católico, quer no que respeita ao teor cultural de vida do seu povo, quer no que respeita à fervorosa crença dos seus chefes. O obreiro da independência, D. Nuno Álvares Pereira, acabaria devotado ao serviço de Deus abençoando a empresa de Ceuta. D. Henrique, o obreiro da sobrevivência, viveu abrasado em ardente fé católica: demonstra-o o testamento, de que longamente se ocupou, onde manda que até à consumação dos séculos se rezem missas pela sua alma, da qual nomeia provedor ao alcaide de Tomar. Da crença do povo e da autenticidade do próprio Estado falam claramente as leis que haviam de ser reunidas nas Ordenações, ao definirem um programa do Estado que tudo subordinava ao ideal católico. E quando foi necessário verberar os desvios dos agentes individuais da soberania, que nas terras distantes por vezes não resistiam ao gosto do abuso do poder e às tentações de fácil satisfação do interesse pessoal, foi em nome da moral católica da Nação e do Estado que os vícios sempre se denunciavam. Quando Diogo do Couto, por exemplo, se dedica em «O Soldado Prático» a fazer como que a contabilidade do passivo de «Os Lusíadas», é em nome da ética católica que condena os vícios. Existia por isso perfeita harmonia entre os interesses do Estado, em vias de expansão,

e os interesses da Santa Sé, de quem dependia a Ordem de Cristo. A série de documentos recentemente revelada pelo padre António Brásio ⁽¹⁾ demonstra e confirma essa perfeita identidade. A petição e exposição de motivos do rei de Portugal, datada de 20 de Maio de 1420; a bula *In apostolicae dignitatis specula*, que entrega ao Infante a administração temporária da Ordem de Cristo — *usque ad beneplacitum nostrum*; os breves *Cum nos hodie* notificando a nomeação aos súbditos da Ordem; a bula *Eximie devotionis*, de 24 de Novembro de 1420, concedendo-lhe a administração da Ordem indefinidamente, demonstram de maneira irrefutável a autenticidade missionária do Estado. Como sublinhou Jaime Cortesão, «destes documentos e do seu cotejo com a bula *Rex Regum*, anterior de quase dois anos, apura-se que a administração da Ordem, a mais rica de todas as Ordens portuguesas, foi atribuída ao Infante D. Henrique com o propósito declarado de servir nas suas mãos de poderoso instrumento para realizar um plano de expansão. Ligada, na origem, como substituta que foi da Ordem dos Templários, à finalidade declarada de defender o Reino contra os ataques muçulmanos e de hostilizá-los nos seus redutos, a Ordem de Cristo, na sua nova fase de administração geral a cargo do Infante D. Henrique, integra-se no desenvolvimento lógico e orgânico de uma política nacional. Mais do que isso: as funções, que já cabiam ao Infante, de provedor das despesas de Ceuta preludiam o seu novo cargo de administrador da Ordem de Cristo, e um e outro o significado da partilha do poder real ou de uma alta delegação para a expansão ultramarina portuguesa» ⁽²⁾. A política do segredo, a definição posterior do Padroado, o tratado das Tordesilhas, seriam instrumentos de coordenação dos interesses do Estado missionário católico com o bem comum da cristandade, de que era agente por natureza. São tudo aspectos do problema das zonas de expansão.

4. O bem comum da cristandade poderia também ser entendido, no plano político de expansão, em dois sentidos, um puramente europeu, outro de projecção universal. Convém recordar, para melhor entendimento da actualidade da decisão do Infante, o panorama das dissidências cristãs. Segundo a mais antiga tradição, foram os apóstolos S. Simão e S. Judas Tadeu que lançaram os primeiros fundamentos do cristianismo na Pérsia e Mesopotâmia, dando origem a uma comunidade que até ao século V vivia na dependência cultural da igreja da Síria. Foi justamente na escola de Antióquia que, no século IV, Diodoro, bispo de Tarso, e Teodoro, bispo de Mopsuéstia, deram início ao ensino que, sob a inspiração posterior de Nestório, daria origem à dissidência que não pôde ser resolvida pelo concílio ecuménico de Éfeso, em 431. Os nestorianos conseguiram,

(1) *A Acção Missionária no Período Henriquino*, Lisboa, 1968.

(2) *Os Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, 1969.

em 484, que a Igreja da Pérsia se declarasse, pela sua doutrina, contrária à definição do concílio de Éfeso, e deu-se assim a separação. Depois disso desenvolveu um grande esforço missionário que chegou à Tartária, Mongólia, China e Índia. No século XII os nestorianos estavam na decadência e seriam os Portugueses quem, no sínodo de Udiamparur, no ano de 1959, conseguiriam a conversão ao catolicismo dos chamados nestorianos do Malabar. Com menor importância numérica, também os monofisistas, condenados por S. Leão Magno e pelo concílio ecuménico de Calcedónia, em 451, deram origem a uma Igreja separada. Mas o monofisismo teve consequências muito importantes. É que, quando o concílio de Calcedónia condenou a doutrina e depois o patriarca de Alexandria, Diáscoro, os Coptos ou Egípcios separaram-se do catolicismo. E se bem que a sua importância no Egípto fosse pequena, em consequência da invasão árabe, o certo é que a Igreja da Etiópia dependia da copta e seguiu-a na heresia e cisma: no século IX a separação da Igreja Católica consumou-se definitivamente. Finalmente, logo que no século IV Constantino deu uma nova capital ao império, o bispo de Constantinopla passou a ser um elemento de divisão entre o Oriente e o Ocidente. No concílio de Calcedónia, do ano de 451, foi-lhe reconhecida proeminência sobre as sedes episcopais, exceptuando a Roma eterna, com protesto de S. Leão Magno, um dos primeiros europeus no sentido institucional. O movimento de separação da Igreja de Constantinopla não pôde mais ser detido. O patriarca Acácio, nos fins do século V, e Fócio, no século IX, ao mesmo tempo que a sua jurisdição se estendia até à Itália, à Sicília, à Bulgária e à Rússia, acentuaram o separatismo. Até que em 1054 o patriarca Miguel Cerulário consumou essa separação. Os concílios ecuménicos de Lião (2.º), em 1274, e de Florença, de 1438 a 1445, conseguiam uma precária união que não chegou a ter vida real no seio das comunidades cristãs, tendo-se desenvolvido um largo movimento de autonomia em todas as comunidades que haviam recebido o catolicismo e a literatura de Constantinopla.

Naturalmente, a Santa Sé nunca perdeu de vista o problema das Igrejas separadas, o aspecto mais evidente e primário da problemática da expansão puramente religiosa. Delas se ocupam o concílio particular de Bari, no ano de 1098, e os concílios ecuménicos de Lião (2.º), em 1274, e de Florença, de 1438 e 1445 (1). Já próximo dos nossos dias, Pio IX convidou as Igrejas orientais dissidentes para o Concílio do Vaticano, e o actual Pontífice prepara um Concílio Ecuménico. Por isso, a solução universalista da expansão dos Estados cristãos deveria merecer grande apoio à Santa Sé, embora não fosse a solução geralmente adoptada pelos príncipes europeus, que se dedicavam à luta pela hegemonia política dentro da própria Europa. No século XVI a França, a Espanha e a Inglaterra disputavam a supremacia, e revezaram-se no poder no decurso

(1) Manuel Pinto, S. J., *Profecção das Igrejas Dissidentes em África*, in R. E. U., 1959, n.º 2

dos tempos. Carlos V foi o último imperador que recebeu a coroa das mãos do Papa. Ao mesmo tempo que o poder efectivo deste diminuía na Europa, onde a solução regionalista da luta pelo poder político radicou uma ideia restrita de grandeza europeia, a Santa Sé afirmava o seu poder sobre as terras desconhecidas e o direito de intervir no seu destino.

A solução universalista foi aquela que adoptou o Infante, pela concordância das razões do Estado com as altas conveniências do cristianismo. A solução regionalista, que teria por exemplo encaminhado a expansão para o território de Granada, também implicaria intervenção na zona da confluência de poderes europeus, defrontando Estados com quem a paz era muito conveniente. Chegou D. João I a encarar a hipótese, e nesse sentido enviou mensageiros ao Infante D. Fernando de Castela. Mas não pôde ser concertada uma acção conjunta, e não convinha ao Reino, por acção isolada, pôr em risco a paz com Castela, que tão desejada fora. Zurara acentuou: «que pois nós temos paz com Castela, todo outro poder do Mundo não o teremos que temer». E acrescentava: «Porque nós de uma parte nos cerca o mar e da outra temos muro no reino de Castela». A expressão para o mar estava de acordo com as conveniências do Reino e com a tese universalista da Santa Sé. Por outro lado, rejeitava inteiramente uma ideia regional de grandeza europeia abrindo o caminho do universalismo.

5. Esta é, talvez, a maior actualidade do pensamento do Infante, não apenas no sentido português, mas também no sentido europeu e universal. É que de novo a Europa, que só tarde seguiu a decisão do Infante, volta a encontrar-se com uma ideia de grandeza puramente regional, que a tem levado a recolher às suas fronteiras originárias. Adoptou, desde o fim da última guerra, um espírito demissionário, em relação com a sua missão universal, e procura nervosamente um esquema de unidade que a limita às suas fronteiras pré-henriquinas. É assim que o famoso Mercado Comum, resultante do tratado de Roma, agrupa países que aparentemente renunciaram a qualquer projecção ultramarina. Um dos países parte no tratado demitiu-se tão apressadamente e inesperadamente das suas responsabilidades ultramarinas que a própria paz geral se encontra em perigo. Refugiados na sua homogeneidade política, económica e cultural, os seis abrigam-se na solução regional que consagra a expulsão da Europa do mundo para onde se expandiu o Ocidente. Uma solução regional sujeita de resto ao maior dos ataques, porque o que está verdadeiramente em causa é a subsistência da Europa, e a própria e modesta solução regional não satisfaz ainda os que procuram a sua destruição. Não pode também considerar-se mais universalista a Convenção de Estocolmo, que instituiu, em 4 de Janeiro de 1960, a Zona Europeia do Comércio Livre. E não pode considerar-se mais universalista, do ponto de vista político, porque é no fundo e apenas um processo de defesa da Europa contra a Europa, situação habitual do regionalismo europeu. Um

regionalismo progressivamente despedido de qualquer concepção universalista, e por isso mesmo fracamente equipado para intervir na luta pelo poder a que assistimos. Aqui se revela uma vez mais a actualidade do Infante, e a importância de uma concepção do mundo e da vida com factor essencial do processo político. A desmobilização ideológica da Europa acompanha a sua perda de importância na vida internacional, e a transformação das antigas zonas de confluência dos poderes europeus em zonas marginais, para onde se expandem os novos poderes políticos animados de ideologias dinâmicas. A experiência dos últimos anos mostra-nos por isso que a sabedoria está em permanecer fiel à vocação universalista do Infante, e temos autoridade suficiente para o dizer a todos quantos, na base de compromissos verbais de frágeis doutrinadores, abdicam de uma missão universal apenas com o resultado de facilitar o avanço de concepções diferentes, cuja legitimidade negam. Continuamos a considerar inteiramente legítimas e actuais as notáveis palavras da carta de 22 de Outubro de 1443, em que o regente D. Pedro, em nome de D. Afonso V, concedeu ao Infante o monopólio da navegação, guerra e comércio para além do Cabo Bojador: «fazemos saber como o Infante D. Henrique, meu muito prezado e amado tio, entendendo que fazia serviço a Nosso Senhor Deus e a nós, se meteu a mandar seus navios a saber parte da terra que era além do Cabo Bojador.»

Uma vez mais a conjuntura política internacional se define em termos de o interesse nacional português coincidir com o interesse mais geral da cristandade, e também com o interesse comum a todos os povos do convívio pacífico.

6. Na época da expansão, a decisão de tomar o rumo do mar integrou-se no plano geral de expansão política a que a força da burguesia fornecia um indispensável apoio. Mas seria absurdo supor que desde logo ficou definido um plano geral de estabelecimento da soberania ou de colonização, como mais tarde se diria. Sobretudo seria absurdo supor que se teria tomado qualquer decisão prévia de impor a soberania pela força em qualquer lugar que as circunstâncias se mostrassem favoráveis aos interesses do Reino. A única coisa clara era a ideia da cruzada. Mas ainda em vida do Infante, e por decisão sua, se definiu um princípio fundamental da acção política portuguesa, de que não abdicámos, e que mantém completa actualidade. Foi um pensamento que se revelou na acção, e que as próprias circunstâncias gravaram no ideário perene nacional. Pudemos conquistar e perder praças no Norte de África, onde se pensava recuperar antigos crentes, sem que isso tenha representado uma amputação nacional. Pudemos construir e desfazer fortalezas, sempre que o direito natural legitimava o uso da força para exercer os direitos comuns a todos os homens, sem nisso envolver, na nossa convicção nacional, a própria integridade. Mas o achamento das ilhas desertas do Atlântico deu origem a um comportamento inteiramente diverso. Pela primeira vez deparámos com o problema do povoamento. Este foi,

no dizer de Zurara, uma das «coisas especiais que o Infante fez por serviço de Deus e honra do Reino». O povoamento foi o verdadeiro critério do estabelecimento da soberania, e nunca mais deixámos de considerar carne da nossa carne terra que tivesse sido povoada por portugueses. Do povoamento, e logo nas ilhas, para onde foram nacionais, estrangeiros e também escravos, é elemento inseparável a definição de uma política de convívio intercultural. Para esta contribuiu também o Infante, como veremos, mas importa sublinhar primeiro a importância e actualidade da regra da soberania ligada ao povoamento. Trata-se de uma oportuna e importante observação de Alexandre Lobato. É que os antigos não falavam em colonizar, falavam em povoar, e o povo está indissolúvelmente ligado à soberania. Que o fenómeno tenha começado nas ilhas desertas é apenas o acidente que serviu de base à formulação explícita e à prática da regra da unidade nacional. O povo é o mesmo, em toda a parte, nas terras novas, e nas terras velhas, e em todos os lugares onde se instalou para viver e morrer, ali também é a terra da mesma Pátria. Foi a concorrência desta ideia de unidade nacional com o espírito de missão que definiu a nossa peculiar maneira de assimilar e integrar povos de culturas diferentes. O simples princípio de unidade não poderia levar, nas terras que não eram desertas como as ilhas do Atlântico, a integrar os indígenas no povo que lhes oferecia a ideia da Nação e do Estado a que eram alheios. A missão cristã, porém, com o seu princípio fundamental da igualdade do género humano, deu possibilidades inesperadas ao renascimento do Estado de tipo universal que se perdera na experiência europeia. Esta maneira também nova, como os achamentos, de estar no mundo deve ao Infante o seu elemento fundamental. A experiência das ilhas, como disse, foi já da convivência multicultural, mas sem dúvida em termos muito diferentes daqueles que haviam de enquadrar o fenómeno, muito mais tarde, nas terras firmes de África. Nas ilhas, embora os elementos tropicais tivessem desempenhado importante papel, encontravam-se todavia separados da sua originária ecologia humana e natural, o que não pode deixar de considerar-se como elemento muito importante a condicionar o respectivo comportamento. Desapoiados das organizações tradicionais, subtraídos ao meio histórico e cultural das origens, súbitamente integrados nessa estrutura social nascente, a experiência não ofereceria todos os elementos de correspondência necessários para servir de paradigma à posterior expansão, pelo povoamento, nas terras firmes do continente. Mas desde logo ficou definido um valor perene da convivência de grupos étnicos diferentes, que ainda hoje é o mais forte instrumento de integração. Foi o valor da família como instituição basilar, superior às diferenças étnicas, e instrumento aglutinador de culturas diferenciadas. Por isso o mulato português foi sempre o filho do amor, e não o ressentido acidente da violência contra a mulher indígena. Dos próprios cativos que primeiro vieram para o Reino, disse Zurara: «e eu que esta história juntei neste volume, vi na vila de Lagos, moços e moças, filhos e

netos daqueles, nados nesta terra, tão bons e tão verdadeiros cristãos, como se descendessem, do começo da lei de Cristo, por geração, daqueles que primeiro foram baptizados». A política de assimilação que praticamos não poderia encontrar melhor definição. É claro que a permanência e persistência desta atitude não pode consentir-nos que deixemos de combater o vendaval de ódio racista que vai pelo mundo, nem pode consentir-nos que aceitemos o espírito demissionário que levou a Europa a abandonar a sua projecção extra-europeia. Para nós seria renunciar à própria integridade da Pátria, e temos a consciência plena de que estamos a contribuir, com esta serena decisão de continuar o pensamento do Infante, para o melhor entendimento dos povos e para a grandeza da Europa. É que, para falar só na África, entre o Sul que discrimina contra o negro e o Norte que discrimina contra o branco, mantemos uma zona de vigências dos valores eternos do humanismo, que há-de servir de inspiração aos que vierem a suportar a tarefa de reconstruir tudo aquilo que o espírito demoníaco do nosso tempo está reduzindo a ruínas. Por isso dizemos que uma vez mais o interesse do Estado está de acordo com o interesse da cristandade em geral, e com a causa da paz que interessa a todos os povos. No fundo, trata-se apenas de uma natural consequência da política de autenticidade que caracteriza a acção ultramarina portuguesa desde a época da expansão. Sabemos, por uma experiência secular, que a defesa de uma ideologia autêntica é a maior força do Estado, porque se trata do próprio núcleo central da sua cultura, e são as culturas que têm a vocação da eternidade. A desmobilização ideológica da Europa — que nos recusamos a acompanhar — traduz-se no aniquilamento da sua principal arma, e não é de estranhar por isso que caminhe de fracasso em fracasso.

7. A actualidade do Infante D. Henrique não é apenas portuguesa, é também europeia, e, por causa disso, mantém a sua importância universal. Quando, nestas jornadas de meditação, invocamos o seu pensamento e a sua obra, não é apenas, como seria legítimo, com o intuito de lembrar feitos e direitos históricos de que muito nos orgulhamos. Desejamos principalmente sublinhar que a fidelidade ao seu pensamento nos permitiu salvar para o mundo livre um conjunto de povos convivendo pacífica e voluntariamente, assegurada a paz, o trabalho e a prosperidade, sem recurso a quaisquer processos de repressão militar ou policial, sem alardes de força material de que não dispomos. Sabemos que é urgente a tarefa de revigorar a confiança do Ocidente em si próprio, e estamos convictos de que o exemplo do Infante pode contribuir valiosamente para a regeneração de muitas forças que se paralisaram. Temos o orgulho de acreditar e proclamar que a fidelidade ao pensamento do Infante nos permitiu ajudar a salvar a paz entre as nações, e não desistimos de continuar a dar esse exemplo, nem abdicamos de prestar mais esse serviço à causa da dignidade humana.

TRANSLATION

THE SPIRIT OF PRINCE HENRY AND PORTUGAL'S
PRESENT POLICY OVERSEAS

1. Henry the Infante who died in Algarve in mid-November 1460, after 66 years of intense living, was in Portuguese political history the perfect type of the man with a high sense of duty. By current standards, a sense of duty implies an outlook on life of unremitting devotion, not a complex of personal rights and interests. A man possessed by a sense of duty acknowledges the existence of values greater than himself and when he is part of a political whole, which conditions his manner of being, he will devote himself entirely to promoting the common good. The rights and powers that he claims are not for himself but are, rather, functional attributes indispensable to the accomplishment of what he has set out to do, indeed a means which will ensure the fulfilment of a moral obligation. A man so dedicated to the collective interest is rightly a leader, and finds the source of his strength in the greatness of his virtue. The oft-debated phenomenon of the rebellion of the masses should not prevent one from recognising the value of the Navigator in the social and political organisation of his age and the power of his specially-gifted personality. As has been pointed out «he who has charismatic power chooses the mission best suited to him and demands obedience and submission by virtue of that mission. His success depends on such obedience and submission. His charismatic vocation is frustrated when his mission is not acknowledged by those whom he is sent. If it be recognised, then he becomes the leader—in the measure that he is able to keep that allegiance by bearing witness of himself. But his right does not stem from the will of his followers, as in an election. The opposite is rather the case: it is the duty of those who are the object of his mission to recognise him as their peculiarly-qualified chief.» Though he himself remained in Portugal, the personality of Prince Henry who gave all to God and nothing to the devil, was projected as a peregrine image accompanying the seafarers on their voyages into the unknown and being a constant source of inspiration and standard of conduct. The image of the Infante, however, was not confined to those who set forth and those who came back to give an account of what they had found; it became an asset which formed part, for all times, of the patrimony of the country, a tutelary spirit accompanying those who at decisive times had to assume responsibility for the continuance of our presence overseas. It sustained the country during the crisis in the nineteenth century; it is behind the movement from which sprang the Lisbon's Geographical Society, which grappled with the problems arising out of the Berlin Conference, which sent forth explorers like Serpa Pinto and informed the wisdom and decision of figures like Enes and Mousinho. Henry

the Navigator was the major premise in their chain of reasoning, as well as their strength and principal justification. It was to the Infante that the Nation turned during the period of expansion and again it turned to the Infante for inspiration when its own institutional integrity and personality were in peril. The present-day quality of the peregrine image of this Prince corresponds to a reality so great, so far as Portugal is concerned, that we find ourselves commemorating the fifth centenary of his death, by one of the most impressive national celebrations of all times, precisely at the historical moment when the most serious crisis overseas—one without parallel in the past—has to be faced. There was no premeditated relation between our awareness of that crisis and the grandeur with which the celebrations in honour of the Infante were invested. The commemorations aroused a natural and as it were instinctive national affirmation of fidelity to the tutelary genius of expansion, at a time when the very structure of our State, unique in the contemporary world, is threatened by the severest of trials. One might say that this opportunity for examining our conscience as a nation, exactly at the right time, was arranged by Providence.

2. Those who have studied the figure of Prince Henry—and of these, Bensaúde with his *A Cruzada do Infante D. Henrique* (Lisbon, 1943) deserves an outstanding place—usually take up the analytical position that expansion overseas is due to the Prince's initiative, and therefore endeavour to understand the phenomenon by first determining the reasons which caused Henry to embark upon this venture. Even a scholar so reputable as Jaime Cortesão organised his research on similar lines. This approach, however, has been considered absolutely erroneous: and it has been argued that «great historical movements are not the result of, or determined by, the action of great personages.» Rather should one look for the explanation of a given social transformation in another social transformation⁽¹⁾.

The issue between what Kaufmann has called the heuristic-methodological approaches seems, in the case of Portugal, to have been raised independently of the actual needs of political science. It would seem inadvisable for the latter to abandon the method of global vision which is indispensable if the spiritual significance of social processes is to be understood. To reduce it to its simplest expression, this method should act ideally as an agent whose business is to discover, by examining any particular event, the purpose and scale of the values behind it. This is the current practice in political research and it seems quite lawful to uphold the appropriateness of the same method when examining the political aspect of historical events. It seems reasonable, therefore, when assessing the political actuality of Prince Henry, always to begin by considering the findings

(1) Vitorino Magalhães Godinho, *Dúvidas e Problemas acerca de algumas teses da história da expansão*, published by the *Gazeta de Filosofia*, Lisbon, 1943.

of those who set out to discover the Prince's motives. It is quite another problem to fit the action of a political chief into the social and economic system which conditions the recognition and acceptance of leadership. It should further be noted that the political approach implies that the action of an individual must be examined in terms of the power of the State.

The actual circumstances show that it is quite appropriate to examine the action of the Infante from the particular point of view of the expansion and reinforcement of political power. One must not forget that during the period from the discovery of Madeira in 1418 until Henry's death in 1460 the Crown bore more than once the cost of expansion. Moreover, it is a fact that all those responsible for the country's government, beginning with King John and Queen Philippa and including Prince Pedro who was Regent for many years, were solidly in favour of the plan for maritime expansion. If this plan be regarded as a State scheme, the question of whether the object was primarily religious or essentially economic loses much of its importance. The issue is now whether there was a real ethical policy put forward by the State, the Infante being a guide and agent of such a policy. This is the new approach, aiming at a revision of the values involved in the movement of expansion overseas, and it follows the revolutionary practice in vogue in that very East which the caravels sought. It has been stated, and it is neither difficult nor necessary to indicate the authors, that imperialist policies require ideologies; for, besides other reasons, in order to rally the peoples round their chiefs, the latter have no other course than to invoke the commonweal, the country's independence, justice and religion. A complementary assertion is that all movements of expansion which invoke a particular ethos are termed imperialistic. It is curious to note that those who snare this point of view—invariably reaching the conclusion that the ideology claimed by the political leaders is a false one—are usually those who habitually try to interpret all movements of political expansion mainly in terms of economic necessity. It seems a contradiction to deny the relevant part played by leaders and at the same time hold them responsible for the political mystification by which the masses are mobilized, particularly as the same mystification is denounced as being the essential impelling force. It is equally contradictory to stress economic motivation and at the same time admit the need to preach a generally-accepted ethical view in order to galvanise the people. Though this point has not been properly cleared up, nevertheless there are many who maintain that «when an imperialist policy does not aim at repairing a particular position arising, say, from a war that has been lost, but makes its appearance as the result of a political vacuum—always an incentive to conquest—the ideologies invoked by the conqueror take the place of the appeal of a just natural law against an unjust positive law. Then the conquest of weaker peoples is represented as the «white man's burden» or a «national mission», a «manifest destiny», a «sacred trust» or yet a «Christian obligation», Colonial imperialism, in particular, was frequently

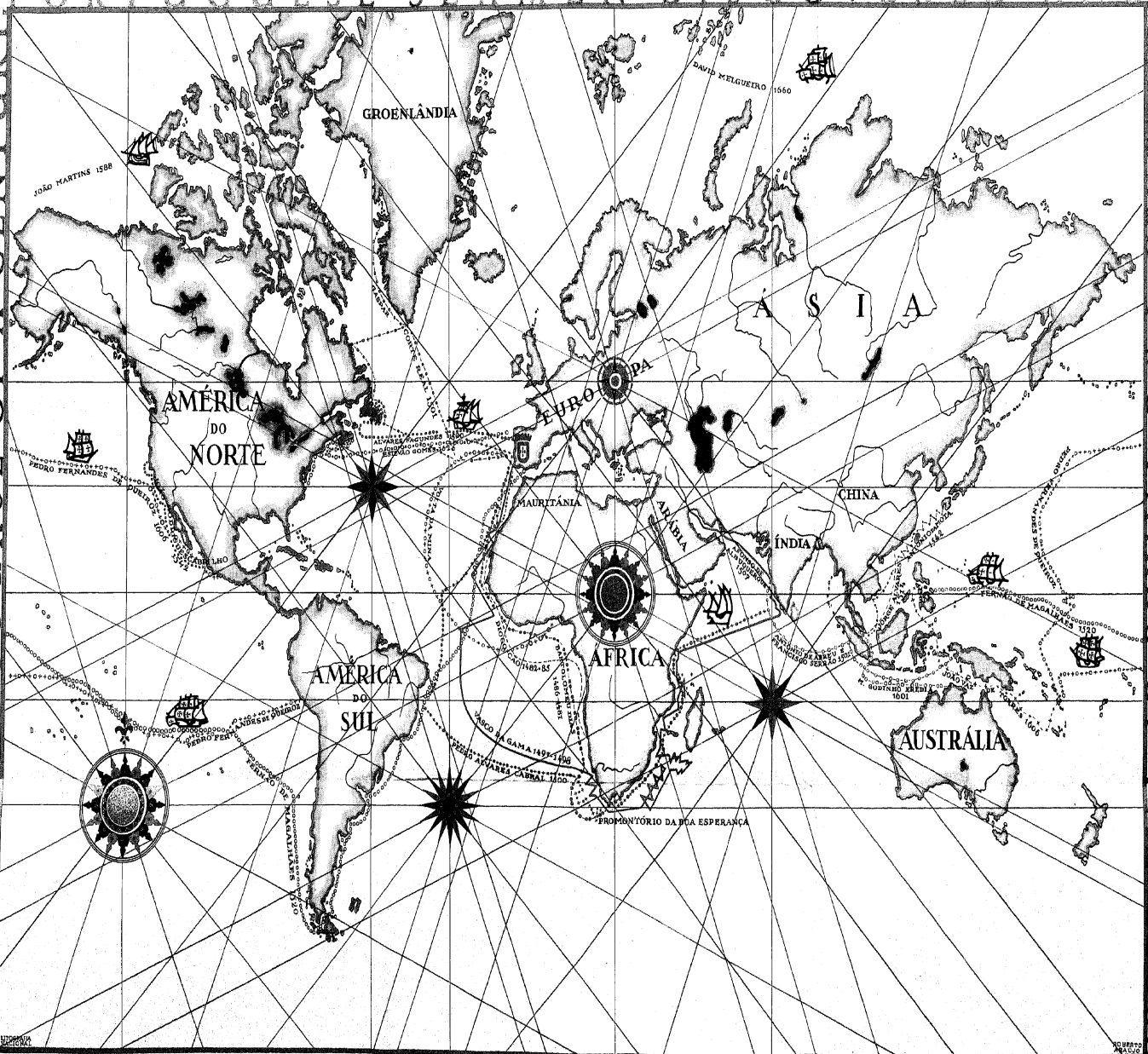
travestied by ideological affirmations of this kind, e.g. «the blessings of western civilization which it behoved the conqueror to offer to the local coloured peoples.»

3. Now the first truth to be learnt from the Infante, and it still holds good today, is the reality of the ethical policy of the State, that is, the consistence between words and deeds. It was undoubtedly and primarily a question of how to expand political power, and this could have been achieved just as well by processes other than maritime discovery. Granada, the Moorish realm stretching from Sierra Nevada to the Calpe was a permanent affront to Christendom. To overrun a country of infidels was a just object for a crusade. The Order of Christ could equally well have been the main instrument for this expedition, which was only abandoned for particular political expansion of a State which was intensely Catholic, both as regards the culture of its people and the faith of its leaders. Dom Nuno Alvares Pereira, who had worked so hard for the country's independence, died serving God in the cloister and gave his blessing to the expedition against Ceuta. Prince Henry, who ensured the country's survival, was a fervent Catholic all his life, as is shown by his Will (the Warden of Thomar is named as Executor) on which he had long worked, and which directs that until the end of time, Masses shall be sung for the repose of his soul. As for the faith of the people and the Christian nature of the State itself, the laws, later to be assembled as the Ordinances of the Realm, bear witness to both, since they lay down a State policy which subordinates all things to the Catholic ideal. And when at times individual representatives of the Sovereign in distant lands, yielding to temptation, exceeded their powers and sought to enrich themselves unlawfully, they were prosecuted for breach of Catholic morals as upheld by the Nation and the State. For instance, Diogo de Couto in *O Soldado Prático* analysing as it were the seamy side of *The Lusitads*, invokes Catholic moral to condemn current vices. There was therefore complete harmony between the interests of the State eager for expansion and those of the Holy See, on whom the Order of Christ depended. The series of documents recently published by Father Antonio Brasio⁽¹⁾ shows and confirms that perfect identity. The petition and statement of the aims of the King of Portugal, dated 20th May, 1420; the Bull, *In apostolicae dignitatis specula* entrusting the Prince with the temporary administration of the Order of Christ — *usque ad beneplacitum nostrum* — the Briefs *Cum nos hodie* notifying the appointment to the brethren of the Order, the Bull *Eximie devotionis* of 24th November, 1420, making the Prince administrator of the Order, this time for an indefinite period — all these documents prove beyond doubt the authenticity of the missionary policy of the State. As Jaime Cortesão stressed: «From these documents and by collating them with the Bull *Rex Regum* issued nearly two years earlier, one reaches the conclusion that the administration of the Order,

(1) *A Acção Missionária no Período Henriquino*, Lisbon, 1958.

PORTUGUESE SEAMEN DISCOVERED AND

EXPLORED TWO-THIRDS OF THE GLOBE*



*

ROUTES OF PORTUGUESE NAVIGATORS

✱

the richest of the Portuguese Orders, was invested in the person of Prince Henry for the express purpose of its becoming in his hands a powerful instrument for the implementation of a plan of expansion. As successor to the Order of Templars and so bound to promote the defence of the realm against attacks by Moslems and to harass the latter in all their positions, the Order of Christ, in its new phase under the general administration of Prince Henry, becomes part of a logical and organic movement stemming from a national policy. One can go further: the duties already invested in the Infante as Comptroller of expenditure in Ceuta, are, as it were, a prelude to his later obligations as Administrator of the Order of Christ; and both help us to understand the shared sovereign powers, or delegation of power at a high level, in the interests of Portuguese overseas expansion⁽¹⁾. The policy of secrecy, the later definition of the *Padroado* (Royal patronage in ecclesiastical appointments overseas) and the Treaty of Tordesillas were to be further instruments coordinating the interests of a Catholic missionary State with those affecting the welfare of Christendom, of which the former was the natural agent. All these things are so many aspects of the problem of the zones of expansion.

4. The welfare of Christendom, moreover, from the point of view of a political plan of expansion, could be understood in two senses — one purely European, the other oecumenical. It is as well to recall, the better to understand the actuality of the Prince's decision, what were the differences then prevailing among Christians. According to the oldest traditions it was St Simon and St Judas Thaddeus, both Apostles, who first preached the Gospel in Persia and Mesopotamia, giving rise to a community who up to the fifth century remained under the Church of Syria. It was at the school of Antioch that Diodorus, Bishop of Tarsus, and Theodore, Bishop of Mopsuestia, in the fourth century, began teaching the doctrines which, later inspired by Nestorius, were to give rise to a controversial issue which the Council of Ephesus in 431 A.D. failed to solve. In 484 the Nestorians won the Persian Church over to their teaching, which was contrary to what had been defined at Ephesus, and so the separation began. The Nestorians then increased their missionary efforts, spreading to Tartary, Mongolia, China and India. But by the twelfth century the Nestorian Church was at a low ebb. In 1559 at the Synod of Udiamparur, the Portuguese managed to bring back to Roman obedience the so-called Nestorians of Malabar. Again, the Monophysites, condemned by St Leo the Great and by the Council of Chalcedon in 451, though fewer in number, gave rise to another separate Church. But Monophysism had very important consequences for when at Chalcedon not only the doctrine, but Dioscorus, the Patriarch of Alexandria, was condemned, the Copts or Egyptian Christians broke away from the Catholic Church. Though their importance in Egypt was small, as the result of the Saracenic invasion, the Ethiopian Church

(1) *Os descobrimentos portugueses*, Lisbon, 1969.

which owed obedience to the Copts followed the heresy and schism of the latter, and its final break with the Catholic Church took place in the ninth century. Lastly, as soon as Constantine, in the fourth century, set up a new capital for the Empire, the Bishop of Constantinople became an element of discord between the East and the West. At the Council of Chalcedon, he was given prominence over other episcopal sees, with the exception of Rome, the Eternal City. St Leo the Great, one of the first Europeans in the institutional sense of the term, protested against this primacy. But the separatist movement emanating from the Church of Constantinople could not be checked. The Patriarch Accacius at the end of the fifth century and Photius in the ninth, widened the rift, the jurisdiction of the Eastern Church extending by then to Italy, Sicily, Bulgaria and Russia. The final break came in 1055 under the Patriarch Cerularius. The second Council of Lyons in 1274 and that of Florence from 1438 to 1445 achieved a precarious union which had little practical effect in the various Christian communities since those which had received the Faith and liturgy from Constantinople had become self-governing to a great extent.

Naturally, the Holy See always bore in mind the problem of the separate Churches which, of course, affected the larger problem of missionary expansion. The subject was discussed at the minor Council of Bari in the year 1098, at the second Council of Lyons in 1274 and that of Florence which lasted from 1438 to 1445⁽¹⁾. At a more recent date, Pope Pius IX invited the dissident Churches of the East to attend the Vatican Council and the present Pontiff is at this moment making arrangements to hold an Oecumenical Council. In view of the above, the Holy See must have been greatly interested in a policy of expanding Christian rule over the world, as hitherto Christian princes had striven for political hegemony within the boundaries of Europe. In the sixteenth century, France, Spain and England fought for supremacy and in the course of time each of them achieved a dominant position. Charles V was the last Emperor to receive his crown from the hands of the Pope. As the latter's authority declined in Europe where regional struggles for power limited the concept of European greatness, the Holy See began to affirm its claim over unknown lands and its right to intervene in their destinies.

The universalist policy adopted by Prince Henry was thus in keeping both with State interests and the higher convenience of the Church. A regionalist solution directing, for instance, the country's expansion towards the territory of Granada would have involved intervention in a zone of confluence of European powers, and the raising of issues with States with which it was expedient to keep the peace. John I actually considered the question of Gránada and sent envoys to that effect to the Infante Ferdinand of Castille. Concerted action was found impossible and it was not convenient for Portugal to act alone and

(1) Manuel Pinto S. J. *Projeção das Igrejas dissidentes em África* in *Revista de Estudos Ultramarinos*, 1959, N.º 2.

so risk impairing the truce with Castille which had been so carefully built up. As the chronicler Zurara stressed: «So we have peace with Castille we need fear no other power in the world», adding, «For on one side we have the sea and on the other our wall is the kingdom of Castille». Expansion over the ocean was thus in keeping with State interests and with the world claims of the Holy See. The policy of acquiring increased power in Europe was abandoned and the movement for overseas expansion was thus begun.

5. The idea of universalism dominated the mind of the Prince, and it affected not only Portugal but Europe as a whole since attention was drawn to the remoter parts of the world. And at the present juncture Europe, which was slow in following the Prince's example, is again faced with the ideal of a purely local greatness, which has led it to withdraw to its original boundaries. Since the end of the last war, Europe has been retiring from her former world position and is nervously seeking a plan of unity limiting it to pre-Henrician frontiers. A case in point is the famous Common Market resulting from the Treaty of Rome and forming a group of countries which have apparently renounced all idea of extension overseas. One of the countries included in this Treaty abandoned its overseas responsibilities so quickly and unexpectedly that the peace of the world is now in peril. Secure in their political, economic and cultural homogeneity, the Six have opted for a regional solution thus confirming the expulsion of Europe from those other lands to which it had expanded. These regional positions are moreover extremely vulnerable since the real issue is Europe's subsistence and those who are seeking Europe's destruction are not satisfied even with this limited scheme. Neither can the Convention of Stockholm which instituted the European Free Trade Association on 4th January, 1960, be regarded as being more universalist, this because, from the political point of view, it is fundamentally only a process of defending Europe against Europe, the usual concern of European regionalism which is progressively losing the idea of projection into other parts of the world. This policy is gradually obscuring a world view of things and therefore it is ill equipped to intervene in the struggle for power which is taking place. Once again, the policy of Prince Henry shows itself to have a bearing on present-day problems for it implied that a concept of the world and of life was an essential factor in politics. Europe's ideological demobilisation is in proportion to its diminishing importance in international affairs and to the transformation of the former zones of confluence of the European Powers into marginal areas into which new political Powers, animated by dynamic ideologies, are expanding. The experience of the last few years shows us that wisdom lies in remaining faithful to the universalist vocation of Prince Henry and we have sufficient authority to say so to all those who, on the strength of verbal understandings by vague doctrinaires, forsake their universalist missions and thereby make possible the implementation of another set of concepts, the

validity of which they themselves deny. We continue to consider as entirely legitimate and up-to-date the famous words in the letter of 22nd October, 1443, in which Prince Peter, the Regent, in the name of King Afonso V granted Prince Henry the monopoly of navigation, war and trade beyond Cape Bojador: «We hereby make known how Prince Henry, my much esteemed and beloved uncle, considering that he rendered a service to the Lord our God and to ourselves, began to send his ships to discover that part of the earth which lies beyond Cape Bojador.»

And today the international political position is such that once again Portuguese national interest coincides with the greater interests of Christendom and also with those common to all peace-loving countries.

6. When the period of expansion began, the decision to put to sea formed part of a general plan of political expansion with the indispensable backing of the middle classes. But it would be unreasonable to suppose that a general plan for the spread of sovereignty or to use a later term, of colonisation, was at once agreed upon. Above all, it were absurd to imagine that there was a prior decision to impose sovereignty by force in any place where circumstances might show it to be favourable to the interests of the State. The only clear notion was the idea of a Crusade. Nevertheless, still in the Infante's lifetime and by his own decision, there emerged a fundamental principle of Portuguese political action which we have not forsaken and which has a clear bearing on present day happenings. It was a concept confirmed by the course of events and one which by its very circumstances was engraved in the perennial *idearium* of the nation. We could capture strongholds in the north of Africa—where it was hoped to rescue old Christian communities—and also to lose them without regarding that as a loss of national territory. We could build and destroy fortresses, whenever natural right made lawful the use of force to implement the rights common to all men, without thereby involving the country's integrity, as we regarded it. But the discovery of the uninhabited islands in the Atlantic gave rise to an entirely different attitude. For the first time, we were faced with the problem of settlement. In the words of the chronicler Zurara, settlement was one of the «special things which the Infante did in the service of God and for the honour of the realm.» It was the essential condition for the establishment of sovereignty and from that time we have always regarded as flesh of our flesh any land settled in by the Portuguese. In a very short time the Atlantic Islands had been occupied by Portuguese, by other European nationals and also by slaves, and a policy of multi-racial fellowship became bound up with the idea of settlement. Here again we find the hand of the Infante, as we shall see, but first let us stress the importance of the principle of sovereignty in relation to settlement and its present bearing. Alexandre Lobato made some pertinent remarks on this point. Our ancestors did not speak of colonising, but rather of settling in a place and such

settlement became indissolubly connected with sovereignty. That the practice should have begun in previously uninhabited islands was merely an accident though it served as basis for the explicit definition and application of the rule of national unity. The people were the same everywhere, in the old land or in the new lands and in all places where the people settled, there to live and die, those places became part of the fatherland. It was this idea of national unity, jointly with the spirit of mission, that determined our particular way of assimilating and integrating peoples of differing cultures. The mere principle of unity could not, in lands which were not uninhabited (as the Atlantic islands had been) have led us to integrate the natives into a community which offered them the notion of nationhood and State, so alien to their way of thinking. The Christian missionary spirit, however, with its fundamental idea of the equality of human beings gave unexpected possibilities to the revival of the idea of a State of universal character, a concept which had been lost as Europe developed. This new idea of existence, like the Discoveries themselves, owes much to Prince Henry. In the islands, as already stated, the experiment of a multicultural community had already been tried; yet the same practice followed at a later date in territories on the mainland of Africa, was attended by vastly different circumstances. In the islands, though the conditions were in most cases tropical, a fact which is not unimportant, the settlers were separated from their original social and natural surroundings, and this must be regarded as a very important circumstance which helped to condition their behaviour. They had lost contact with traditional organisations, had lost their historical and cultural background and had been suddenly integrated into a new social structure. Obviously the island experiment could not serve as a pattern for the subsequent expansion by settlement on the African mainland. But what had already been defined was the possibility of fellowship between different ethnical groups which even today is the strongest means of integration. Now the family became the basic institution, rising above racial differences and the means of fusing together varying cultures. One might say that the Portuguese half-caste has always been a child of love and not the result of violence done against a native woman. Of the very slaves first brought to Portugal, Zurara observed: «And I who have put together this story in the present book, saw in the town of Lagos youths and maidens, the children and grandchildren of those captives, born in this our land, and as good and as true Christians as if they had been descended from the beginning of the Law of Christ by generation of those who first were baptised.» No better testimony could be found of the policy of assimilation practised by the Portuguese. Obviously, as this has been our constant and persistent attitude, we cannot fail to take up a position against the storm of racial hatred raging in the world, nor can we accept the spirit of withdrawal which has led Europe to abandon her own projection overseas. For us it would be a renunciation of the nation's own self, and we are convinced that by a serene decision to continue the policy of

Prince Henry we are contributing to a better understanding between peoples and to the greatness of Europe. To speak only of Africa, between the South which discriminates against the black and the North which discriminates against the white, we maintain a zone where the eternal values of humanism still hold good and which will serve as an inspiration to those who must afterwards bear the burden of reconstructing all that which the demoniac spirit of our age is reducing to ruins. That is why we affirm that once again the interests of the State are in harmony with those of Christendom as a whole and with the cause of peace which must be valued by all peoples. Fundamentally, it is a natural consequence of the reality of the values which informed Portuguese overseas action from the beginning of our expansion. The experience of many centuries tells us that the possession and defence of genuine ideals is the greatest strength that a State can have, since it forms the nucleus of its culture and it is culture that ensures the continuance of a people. The ideological disarmament of Europe—which we refuse to follow—implies the destruction of its principal strength and it is therefore not surprising that Europe should be going from failure to failure.

7. The present-day implications of Prince Henry are of interest not only to Portugal, but also to Europe and therefore they are of value to the world. When, brooding over his personality, we recall his spirit and his work, it is not for the sole purpose, which would indeed be quite legitimate, of remembering historic deeds and rights of which we are very proud. What we principally wish to stress is that by remaining faithful to his way of thinking, we have been able to preserve for the free world a number of peoples who, by their own will, live in peace—such peace, as well as work and prosperity, being ensured without recourse to military police repression, without display of material strength since our material strength is negligible. We hold that it is urgently necessary to renew the West's self-confidence and we are convinced that Prince Henry's example may powerfully help to restore many forces that have become paralysed. We are proud enough to believe and to proclaim that fidelity to the Prince's policy enabled us to help to keep the peace between nations, and we shall not desist from continuing to set that example, thus rendering a further service to the cause of human dignity.

(Translated by Luis Marques).